

O Congresso reabre.

Apesar dos muitos projetos a examinar, alguns polêmicos, a Câmara e o

Sexta-feira, 1-8-86 — O ESTADO DE S. PAULO

TICA

Mas continua lento.

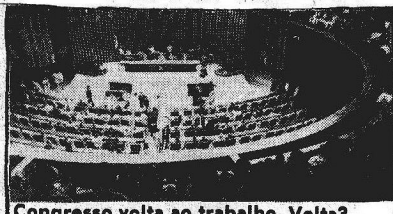
Senado reabrem com previsão de poucas votações. Motivo: o ano eleitoral.

A Câmara dos Deputados reinicia hoje suas atividades, depois do recesso de julho, mas somente a partir de segunda-feira é que estará em exame a pauta da ordem do dia, constituída de 158 proposições e encabeçada por duas que têm causado polêmicas: a que visa fortalecer a indústria químico-farmacêutica nacional (inclusive a de química fina) e a que estabelece "normas de proteção" em favor da empresa nacional produtora de bens de capital e de serviços de engenharia.

A primeira é de autoria do Poder Executivo, ainda do tempo do governo Figueiredo. Chegou à Câmara em março de 1985 e está com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Economia, Indústria e Comércio. Os relatores das últimas duas, Lúcio Alcântara (PFL-CE) e Virgildásio de Senna (PMDB-BA), apresentaram emendas com o objetivo de aperfeiçoá-la. Entre as sete emendas sugeridas por Lúcio Alcântara está uma que permite a extensão dos incentivos às indústrias estrangeiras já instaladas no Brasil.

A segunda é de autoria do senador Passos Porto (PMDB-SE). Aprovada pelo Senado, encontra-se na Câmara desde 1981. Nos últimos dias de junho deste ano, foi incluída na pauta da ordem do dia, em regime de urgência, e chegou a ser aprovada pelo voto simbólico das lideranças partidárias. Mas depois se verificou que havia ficado por votar um requerimento de audiência de mais uma comissão e mais uma emenda, com o que a matéria terá de ser novamente submetida a votos.

As outras proposições mais importantes encaminhadas à Casa pelo Poder Executivo, entre as quais a que estabelece medidas contra a violência e a que modifica a legislação sobre o direito de greve, ain-



Congresso volta ao trabalho. Volta?

da não constam da pauta da ordem do dia.

Para hoje a previsão é de sessão muito fraca. As sextas-feiras, a Câmara se reúne somente de manhã e as sessões se destinam apenas a discursos. Não há apresentação de proposições nem exame da ordem do dia. Mesmo em períodos normais, a frequência é baixa. E mais baixa ainda será hoje, primeiro dia de atividade depois do recesso e início de um semestre parlamentar em que quase todos os deputados estarão a maior parte do tempo em seus Estados, empenhados na campanha para a reeleição. Será um semestre vazio na Câmara. Difícilmente se conseguirá número para votações, mesmo durante eventuais "esforços concentrados". Praticamente nenhuma matéria poderá ser votada a não ser por acordo de lideranças, quando então os líderes poderão ser mais condescendentes com as listas de presença, não as submetendo à prova das chamadas nominais.

A partir de segunda-feira é que se espera maior repercussão, na Câmara, das recentes medidas econômicas adotadas pelo governo. O líder do PDS, Amaral Neto (RJ), já anunciou que está preparando discurso de crítica ao empréstimo compulsório. Vai apresentar, em plenário, uma coletânea de opiniões que, no passado, vários peemedebistas tinham a respeito de medida semelhante.

Senado

Na primeira sessão ordinária

que o Senado realiza hoje, na reabertura dos trabalhos legislativos, poderá ser formalizado projeto de lei da liderança peemedebista, que pretende ampliar o número de candidaturas, para as eleições de 15 de novembro para o dobro do número de vagas na Câmara e nas Assembleias Legislativas, atualmente fixadas em uma vez e meia, de acordo com instrução da Justiça Eleitoral.

A sessão, que será a última da atual legislatura, está prevista para as 14h30, mas dificilmente terá quórum suficiente para sustentar os trabalhos até o final da tarde, nem para votações. O semestre legislativo, de fato, terá início na próxima segunda-feira, e, segundo espera o líder Alfredo Campos (PMDB-MG), o projeto eleitoral, alterando o número de vagas, deverá ser votado até terça ou quarta-feira, para, em seguida, ser submetido à Câmara dos Deputados.

Ainda em agosto, conforme calendário já acertado entre as lideranças partidárias, o Senado deverá realizar um período de "esforço concentrado", destinado a votações, entre os dias 12 e 14.

PDS

Se depender da bancada do PDS na Câmara, o projeto alterando o número de candidatos a deputados não passa. O líder do partido, Amaral Neto, anunciou que o partido já fechou a questão contra o projeto. Amaral estava irritado com declarações do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, de que o PDS é um "partido-fantasma". E desabafou:

"Não admito nada, não dou nada. O PDS respeitará a decisão do TSE e não fará nada para mudar sua decisão. Deste gabinete — que é fantasma — não sai nada. O fantasma do PDS vai chateá-lo (a Ulysses) muito", concluiu, prometendo entrar com ação popular contra a ampliação do plenário.